

Feminismos e empoderamento no jornalismo: análise discursiva de matérias publicadas entre 1978 e 2018 em O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo¹

Feminisms and empowerment in journalism: discursive analysis of articles published between 1978 and 2018 in O Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo

Nara Lya Cabral Scabin

*Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM). É doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP).
Email:naralyacabral@yahoo.com.br*

Resumo

Nos últimos anos, assistimos ao crescimento da visibilidade conferida a sentidos de feminismo na cultura midiática. É neste contexto que se coloca o objeto em foco neste artigo, que investiga, a partir de aportes da Análise do Discurso, os tensionamentos e negociações semânticas que caracterizam a formação de enunciados de jornais brasileiros de referência sobre questões femininas e feministas entre 1978 e 2018. Partindo de um corpus de 314 matérias, o trabalho identifica três momentos representativos dos modos de articulação discursiva predominantes nos textos. Além disso, localiza, na década de 2010, a conformação de uma posição enunciativa ligada a uma ideia de “empoderamento individual”, para a qual se mostra decisiva a influência exercida por restrições semânticas próprias de uma discursividade neoliberal.

Palavras-Chave

Feminismos midiáticos; Jornalismo de referência; Análise do Discurso; Empoderamento.

Abstract

In recent years, we have witnessed the increasing visibility which is given to feminist senses in media culture. It is in this context that the object focused on this article arises. Based on contributions from Discourse Analysis, the paper investigates the tensions and semantic negotiations that characterize the formation of enunciates of Brazilian reference newspapers on feminine and feminist issues between 1978 and 2018. From a corpus of 314 articles, the research identifies three representative moments of the modes of discursive articulation prevalent in the texts. Eventually, it also locates, in the 2010s, the conformation of an enunciative position linked to an idea of “individual empowerment”, which is decisively influenced by semantic restrictions typical of neoliberal discourses.

Keywords

Mediatic feminisms; Reference journalism; Discourse Analysis; Empowerment.

Introdução

Assistimos, nos últimos anos, ao crescimento da visibilidade adquirida por sentidos de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

feminismo na cultura midiática (GILL, 2007, PRUDENCIO, 2020), os quais se fortalecem no contexto de um “feminismo difuso”: isto é, um feminismo fragmentado, defendido por mulheres e homens que nem sempre se identificam como feministas, fora do escopo de movimentos militantes ou organizações, que transita em diversas arenas e não possui um conjunto articulado de demandas e posturas em relação à vida privada ou à vida pública (PINTO, 2003).

Ao mesmo tempo em que tornou possível que demandas feministas fossem incorporadas por largas parcelas da sociedade civil, em propostas econômicas e no âmbito do Estado (MATOS, 2008), esse tipo de feminismo difuso que vem conquistando espaços midiáticos tem sido apontado como fator de esvaziamento do potencial radical dos movimentos feministas. Tal crítica remonta ao que têm apontado importantes pensadoras dos estudos feministas, como Silvia Federici (2019) e Françoise Vergès (2019), a respeito de uma problemática conciliação entre parte dos feminismos contemporâneos e os interesses capitalistas e, sobretudo, neoliberais.

Por outro lado, os feminismos do século XXI são descritos por Heloisa Buarque de Hollanda (2019) como atravessando um “momento particularmente intenso”, ligado à consolidação do feminismo decolonial e da teoria queer, aos estudos gays e lésbicos, transgênero e de lógica binária, além das discussões sobre o pós-feminismo e o pós-humanismo. No Brasil, os estudos feministas da segunda década deste século – ao contrário daqueles dos anos 1990 e 2000, quando, apesar de se ampliarem em termos de pautas e terrenos disciplinares, passaram por certo refluxo entre as gerações mais jovens – ganham força diante dos estímulos das novas formas de ativismo jovem nas mídias sociais digitais e nas ruas.

As universidades também testemunham essa expansão, com a proliferação de coletivos de mulheres e trabalhos acadêmicos em diversas áreas voltados à desconstrução de noções de gênero e sexualidade, à questão da autorrepresentação de minorias e segmentos feministas e à própria diversidade dos feminismos, entendidos agora de modo muito mais plural (HOLLANDA, 2019a). Além disso, em relação à penetração de sentidos de feminismo nas mídias, observa-se que

[...] os feminismos se tornaram parte do campo cultural, em um movimento que se contrapõe ao posicionamento anterior dos feminismos como vozes externas críticas às mídias desde a chamada segunda onda (anos 1960-70), e também ao posicionamento anterior das próprias mídias, que inicialmente repudiaram o feminismo e, posteriormente, passaram a tratá-lo como movimento relevante, mas não mais necessário (PRUDENCIO, 2020, p. 2).

Por mais que uma formação discursiva² não seja imediatamente apreensível e constitua uma unidade analítica de difícil delimitação *a priori*, acontecimentos discursivos que funcionam como vestígios de sua existência podem ser mais concretamente identificados. No caso do jornalismo, diferentes episódios são indiciários de tensionamentos discursivos suscitados pela visibilidade midiática assumida por demandas feministas na contemporaneidade: a criação de uma “editoria de Gênero” pelo jornal *The New York Times*, em 2017; a campanha #AgoraÉQueSãoElas, de 2015, que pediu que homens colunistas cedessem seus espaços em meios de comunicação a mulheres; e as críticas de usuários de redes sociais digitais sobre o perfil publicado pela revista *Veja* sobre Marcela Temer, então esposa do vice-presidente brasileiro Michel Temer, que viralizaram a partir da hashtag #belarecatadaedolar, em 2016.

² Conceito da Análise do Discurso presente no universo foucaultiano que aprofundaremos adiante neste capítulo, a “formação discursiva” diz respeito a regularidades que regem a dispersão e produção dos enunciados (FOUCAULT, 2008; 2012).

Tais apontamentos iluminam a complexidade dos arranjos assumidos em grande parte dos feminismos midiáticos contemporâneos; em especial, ajudam a dimensionar os contornos discursivos de um feminismo-midiático-jornalístico que se desenhou na cobertura de veículos da imprensa brasileira de referência³ na segunda década deste século, como veremos ao longo deste trabalho.

Para tanto, partindo de aportes teóricos da Análise do Discurso e, em especial, das contribuições de Dominique Maingueneau (2008) a propósito da semântica global do discurso e dos processos de gênese discursiva, este artigo investiga o estabelecimento de tensionamentos discursivos decorrentes do que Fraser (2006) denomina como um “novo imaginário político” – contexto marcado pela centralidade adquirida por demandas por reconhecimento na luta por justiça social – sobre a formação de enunciados jornalísticos.

Nosso objetivo, dessa forma, é investigar a presença de sentidos de feminismo na produção jornalística para além de conteúdos ou temas presentes na cobertura de veículos de imprensa: em outros termos, buscamos compreender de que modos a visibilidade adquirida por discursos feministas na cultura midiática contemporânea impacta, e se impacta, aspectos constitutivos dos enunciados dos jornais.

Mais precisamente, indagamos como dois dos mais tradicionais veículos jornalísticos brasileiros – *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* – respondem ao surgimento de novos modos de enunciar relacionados à emergência deste imaginário político, considerando em especial, neste cenário, a visibilidade adquirida por um “feminismo difuso” (PINTO, 2003) e pelos chamados “feminismos midiáticos” (PRUDENCIO, 2020).

A fim de compreender o atravessamento do jornalismo de referência por sentidos de feminismo, retrocedemos ao final dos anos 1970, quando, com o fim da censura prévia ao jornalismo, questões feministas começaram a ocupar espaços significativos nas páginas do noticiário. Dessa forma, o intervalo de observação compreendido neste trabalho, situado entre os anos de 1978 e 2018, pretende dar conta de um período marcado pela redemocratização do país, com o encaminhamento de demandas feministas à esfera política no contexto da Constituinte de fins dos anos 1980.

Considerando, como ensina Maingueneau (2008, p. 16), que, em uma dada conjuntura histórica, “só uma parte do dizível é acessível, que esse dizível constitui um sistema e delimita uma identidade”, a hipótese que discutimos neste trabalho se baseia na consideração de que a emergência de novos discursos não ocorre sem o estabelecimento de impactos sobre a economia semântica de todo o universo discursivo e, sobretudo, de campos discursivos específicos. Interessa-nos, em suma, evidenciar os modos pelos quais os modos de enunciar sobre questões femininas e feministas, no campo discursivo jornalístico, mostram-se atravessados por tensionamentos e negociações semânticas quando considerados sob uma perspectiva diacrônica.

Desenho metodológico da pesquisa

Em *Gênese dos discursos*, o linguista francês Dominique Maingueneau desenvolve uma proposta de análise discursiva baseada na definição de “operadores de individuação”

³ Representado por veículos que gozam de significativo prestígio e tradição e constituem modelos do fazer jornalístico que operam como modelos para outras publicações, o jornalismo de referência costuma ser associado, segundo Angela Zamin (2014), a algumas características gerais que, embora não consensuais entre pesquisadores, ajudam a compreender essa parcela do campo jornalístico. Dentre estes aspectos, destacam-se: o fato de voltar-se para a economia, assuntos internacionais e política, com ênfase nesta última; pressupor, como público, leitores competentes do mundo público; possuir índices elevados de tiragem e circulação; e conceder importância e espaço significativos para artigos opinativos (ZAMIN, 2014).

(2008, p. 48), isto é, critérios que permitam distinguir certos textos como pertencendo a um determinado discurso. Isso porque são esses operadores que determinam o dizível de um campo discursivo por meio da incidência simultânea sobre universos intertextuais e dispositivos retóricos no âmbito de um discurso dado. Disso decorre que o exame da enunciabilidade de um discurso – o fato de ser objeto de atos de enunciação produzidos por um conjunto de indivíduos historicamente situados – requer a compreensão de sua *semântica global* por meio do exame integrado de seus *planos*, procedimento que deve revelar as restrições da formação discursiva à qual se vincula.

Cotejar processos de tensionamento e negociação discursivos em curso no campo jornalístico significa examinar as invariâncias e descontinuidades nas restrições semânticas a que atendem os diferentes planos constitutivos dos enunciados. Para tanto, o principal desafio metodológico da pesquisa diz respeito à construção do *corpus* de análise: de modo a abarcar unidades de análise relevantes, consideramos matérias jornalísticas voltadas a questões femininas/feministas, em sentido amplo, o que se tornou possível a partir de dois eixos temáticos que nortearam o levantamento de matérias: a) políticas públicas de gênero implementadas ao longo dos quarenta anos considerados na pesquisa; e b) e cobertura sobre o dia internacional da mulher. Com base nesses critérios, observamos um *corpus* de 314 matérias jornalísticas. Os textos foram, então, analisados, por meio de grades de leitura, segundo os aspectos constitutivos dos diferentes planos discursivos de seus enunciados.

Neste artigo, optamos por concentrar a descrição de nossos achados para dois planos discursivos, dentre os muitos descritos por Maingueneau (2008): os *temas* (ou *enquadramentos temáticos*) e a *intertextualidade*. Estes planos foram considerados a partir da proposta teórico-metodológica desenvolvida pelo autor, tendo sido enquadrados à luz das especificidades do campo jornalístico e da produção enunciativa nele inscrita. Além disso, considerando a limitação de espaço disponível, partiremos da apresentação dos princípios semânticos identificados em diferentes momentos do intervalo de 1978 e 2018, ilustrando sua concretização nos enunciados jornalísticos por meio de exemplos extraídos de textos selecionados.

Dessa forma, a periodização apresentada a seguir propõe a identificação e diferenciação de três momentos representativos dos modos de articulação discursiva predominantes nas matérias sobre questões femininas/feministas publicadas entre 1978 e 2018 em *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

Década de 1980: debates feministas como “temas impostos”

A análise dos enquadramentos temáticos em enunciados jornalísticos desempenha papel fundamental às leituras que traçamos neste trabalho: por se referir a aspectos talvez mais palpáveis do que todos os outros planos, o exame dessa dimensão discursiva oferece-nos indícios significativos da conformação de diferentes lógicas de mediação interdiscursiva que caracterizam os enunciados do *corpus*.

Partindo de uma definição básica – tema como “aquilo de que um discurso trata” –, Maingueneau (2008, p. 81) destaca a importância de se considerar o tratamento semântico conferido tanto aos *temas impostos* pelo campo discursivo quanto aos *temas específicos* de um discurso, sendo que ambos os tipos são integrados semanticamente por um sistema de restrições. Em nosso caso, o conjunto de temas impostos – temas que o campo discursivo jornalístico não pode deixar de tratar – é extenso e de estabilidade inevitavelmente limitada, já que a seleção de pautas se baseia em um sentido de interesse público abrangente e constantemente remodelado – e remodelável –, além de profundamente tensionado pela emergência e circulação de novos discursos.

Nesse sentido, o exame da cobertura de jornais de referência indica que, por um lado, já no final da década de 1970, discussões sobre pautas feministas apresentavam-se como temas *impostos* ao jornalismo de referência. Por outro lado, essas temáticas recebiam tratamento quase sempre marginal nos veículos de imprensa. Dois fatores parecem determinar esse enquadramento temático: o caráter recente de questões feministas como pauta midiática – sobretudo, com os contornos identitários que o tema adquire no final do século XX – e sua filiação a um imaginário político que desloca concepções políticas modernas às quais se vinculam discursos constituintes⁴ do jornalismo de referência.

Em relação às marcas de intertextualidade, estas constituem um plano discursivo em relação ao qual se observam menos variações do que aquelas verificadas em relação aos enquadramentos temáticos. Isso porque estão em jogo dimensões que dizem respeito a aspectos genéricos e estilísticos relativamente estabilizados no jornalismo de referência a partir do acionamento de discursos internos ao campo discursivo jornalístico, como aqueles que se traduzem na definição da tipologia e citação das fontes, em regras de estruturação dos enunciados etc.

Por isso, as observações desenvolvidas neste artigo tratam de deslocamentos e inversões de ênfase, de uma década a outra, dentro de um conjunto mais amplo de padrões de intertextualidade possíveis. Tais movimentos dizem respeito essencialmente a rearticulações em relações estabelecidas com formações discursivas externas ao campo jornalístico. Assim, os campos/discursos predominantes entre as referências presentes nos enunciados jornalísticos, entre o final dos anos 1970 e a década de 1980, indicam o diálogo prioritário com o discurso político institucional e discurso ativistas, representados por movimentos sociais, como grupos de mulheres e coletivos feministas, e ONGs envolvidas no debate de questões femininas/feministas.

Esses dados sugerem uma evidente politização do debate sobre a condição feminina à época nos jornais de referência, ao mesmo tempo em que, ao longo dos anos, verifica-se um decréscimo expressivo no espaço conferido às referências ao discurso político institucional. Se o período entre final dos anos 1970 e anos 1980 é marcado por forte sentido de coletividade e cobrança de ações por parte do Estado nas matérias, a partir dos anos 1990, o discurso político institucional parece ser interdito por enunciados técnico-científicos e discursos econômicos, como veremos adiante.

Um exemplo das articulações discursivas prevalentes de 1978 à década de 1980 pode ser encontrado na edição especial do caderno Folhetim, da *Folha de S. Paulo*, publicada em 8 de março de 1981 (Figura 1). No suplemento, intitulado *O que as mulheres tanto procuram?*, praticamente todos os textos são assinados por mulheres ao mesmo tempo especialistas/acadêmicas e militantes, muitas ligadas a movimentos sociais e coletivos feministas. Assim, ao mesmo tempo em que visibiliza discussões feministas no espaço circunscrito do especial, o veículo prioriza discursos ligados aos campos político e acadêmico.

Na página 3, por exemplo, um extenso ensaio de Eva Alterman Blay aborda a divisão social do trabalho inerente ao capitalismo a partir da discussão sobre a interiorização de esquemas de dominação desde cedo pelas meninas:

A garantia de exploração está apoiada numa hierarquia interna ao lar onde os homens surgem, paradoxalmente, a serviço da manutenção da ordem econômica vigente. Assim, em pesquisas com meninas, Zahide Machado

⁴ Relacionada às problemáticas do interdiscurso, a teoria do discurso constituinte de Maingueneau (2010) busca dar conta do caráter heterogêneo do universo discursivo, que deve ser entendido como formado por zonas com propriedades específicas. Os discursos constituintes são aqueles que pertencem, portanto, a uma zona discursiva que opera como “autoridade”, reivindicando para si uma forma de transcendência, pois se autorizam a partir de si mesmas.

Neto desvendou muito bem como se socializa uma criança para servir e as meninas para serem dominadas [...] (BLAY, 08/03/1981, p. 3).

O excerto ilustra os enquadramentos temáticos presentes no suplemento: de caráter ensaístico/opinativo, os textos propõem o levantamento de questões feministas sob uma perspectiva politizada e contestadora. Comparecem no caderno temas como, por exemplo, aborto, homossexualidade, casamento, maternidade e a condição feminina no campo, abordados a partir de problemáticas e prognósticos que passam pelo social como espaço de articulação de respostas coletivas.

Ao mesmo tempo, não deixa de ser sintomático que a capa do conteúdo especial apresente a ilustração de uma mulher, segurando uma lanterna que ilumina o desconhecido à frente. Assim como o título do suplemento, elaborado em forma de pergunta, a imagem sugere o caráter de novidade que temáticas feministas representavam para a cobertura de então.

Circunscritos como temas impostos ao campo jornalístico pela conjuntura político-social da época, ocupando espaços bem delimitados, como o do especial de 1981, ao mesmo tempo em que comportavam forte sentido de politização pelo diálogo com os textos e vozes de ativistas e intelectuais que protagonizavam os debates sobre gênero: estes são os principais traços que caracterizam os sentidos de feminismo que chegavam às páginas do jornalismo de referência brasileiro entre fins dos anos 1970 e a década de 1980.

Figura 1 – Capa do suplemento Folhetim (Folha de S. Paulo) de 8 de março de 1981



Fonte: Captura de tela/Acervo Folha (online).

Anos 1990 e 2000: menos política, mais economia

Na década de 1990, novos subtemas passam a ser abordados nas matérias. Ganham espaço pautas sobre desigualdade salarial entre homens e mulheres, formação e escolaridade feminina e qualificação da mulher no mercado de trabalho. Trata-se de um período marcado pela entrada em cena de temas tradicionais do noticiário econômico, abordados principalmente a partir de dados estatísticos e pesquisas demográficas.

Por um lado, predomina ainda um tratamento semântico, recorrente na década anterior, fortemente ancorado em categorias políticas modernas, como “nação” e “Estado”, com a abordagem de estratégias de gestão da população e do reconhecimento do papel de instituições tradicionais. Por outro lado, discursos do campo econômico parecem cada vez mais interditar discursos político-ativistas, cujas vozes apareciam de modo mais frequente nos anos 1980. Ao mesmo tempo, as articulações semânticas presentes na cobertura jornalística dos anos 1990 e início dos 2000 sugerem que, no momento em que debates feministas passam a ser enquadrados à luz de discursos do campo econômico⁵, eles passam a ocupar posições cada vez menos marginais.

Não à toa, a partir da segunda metade dos anos 2000, verifica-se uma queda na visibilidade conferida pelos jornais ao papel desempenhado pelo Estado e por políticas públicas na garantia dos direitos de mulheres, sobretudo em comparação à cobertura realizada nos anos 1980 e início dos 1990, quando tinham destaque a inclusão de pautas femininas na constituinte e a atuação de órgãos como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Indo além, torna-se recorrente, em meados da primeira década do novo século, o enquadramento temático de questões femininas/feministas sob uma lógica de *mercado* sintonizada com perspectivas neoliberais⁶.

Esses modos de construção dos enunciados jornalísticos são reforçados também pelas marcas de intertextualidade predominantes nos textos. Assim, a partir da década de 1990, ao lado da perda de espaço do discurso da política institucional e de discursos ativistas, ganha força um discurso técnico-científico – referido à exaustão em matérias que abordam a condição feminina no país a partir de resultados de levantamentos conduzidos por órgãos de pesquisa, com destaque para o IBGE – e o discurso econômico – presente em matérias que vinculam grandes temas econômicos, como emprego e remuneração, à discussão sobre a condição da mulher.

Já a partir da segunda metade dos anos 2000, antecipando as articulações discursivas que se consolidariam na década seguinte, a maior presença de discursos corporativo-empresariais reforça a emergência de um enquadramento [mulher-mercado] fortemente influenciado por perspectivas neoliberais. Além do discurso político-ativista, perde espaço e relevância também o discurso político-institucional, evidenciando um apagamento gradual, nas matérias que abordam questões femininas/feministas, da busca de interfaces com o poder público, do papel do Estado, da luta por soluções coletivas.

Um exemplo das articulações discursivas verificadas nos anos 1990 e 2000, que evidenciam semanticamente a centralidade adquirida por enquadramentos temáticos marcados pela lógica [mulher-economia] e [mulher-mercado], pode ser encontrado no especial *O que elas querem*, publicado pela *Folha* em 8 de março de 2005 (Figura 2).

Apesar do título semelhante ao da edição do Folhetim de 8 de março de 1981, citada anteriormente, o teor do caderno de 2005 é inteiramente outro: nele, todos os textos se baseiam em pesquisas reunidas pelo veículo, quase todas relacionadas a indicadores

⁵ Referimo-nos a este enquadramento temático como [mulher-economia].

⁶ Referimo-nos a este enquadramento temático como [mulher-mercado].

econômicos e/ou focalizados a partir de perspectivas econômicas. Não deixa de ser sintomático, também, que agora o título se apresente como uma afirmação (e não mais como pergunta): o que as mulheres desejam não é mais um mistério – e as respostas, apresentadas agora na forma de enunciados mais condizentes com as restrições semânticas do campo jornalístico, são fortemente moduladas por discursos da economia.

Os dados apresentados mapeiam “mudanças no papel da mulher na sociedade, na família e no trabalho”, como afirma o subtítulo presente na capa do especial, cuja imagem posiciona, como personagem de destaque do caderno, uma investidora do mercado de ações. Na página 3, o texto de apresentação assinado por Renato Essenfelder, então editor-assistente de suplementos da *Folha*, ao destacar as desigualdades que ainda marcavam as relações entre homens e mulheres no Brasil, refere-se ao dia internacional da mulher como dia de “homenagem” – e não dia de “luta”, sentido recorrente nas matérias sobre a data publicadas na década de 1980.

Figura 2 – Capa de caderno especial da Folha de S. Paulo de 8 de março de 2005



Fonte: Captura de tela/Acervo Folha (online)

Década de 2010: o “empoderamento” entra em cena

Terceiro momento das negociações semânticas que caracterizam os enunciados jornalísticos sobre questões femininas/feministas, os anos 2010 são marcados por novos aprofundamentos em relação aos enquadramentos temáticos verificados na década anterior.

Em primeiro lugar, amplia-se o espaço de articulação de questões femininas/feministas

Dessa forma, a década de 2010 é marcada pela referência a marcadores identitários que tensionam a aparente estabilidade da categoria “mulher”. Nesse contexto, podem ser identificados dois modos pelos quais os temas da “diversidade” e da “diferença” se incorporam aos enunciados.

Em primeiro lugar, com o borramento de hierarquias político-sociais e a colocação de “diversas diferenças” lado a lado, em pé de igualdade, a manifestação da /diferença/ em muitos textos de nosso *corpus* revela estreita afinidade semântica com os (sub)temas do “empoderamento”, das “trajetórias individuais de sucesso” e com o enquadramento [mulher-mercado]. Menos recorrente, uma segunda manifestação da /diferença/ pode ser identificada em textos nos quais as hierarquias de poder são evidenciadas: é o que ocorre em poucas reportagens sobre desigualdades existentes entre mulheres brancas e negras, por exemplo – cuja relevância não pode ser ignorada, ainda que se trate de casos excepcionais.

Essa diferenciação mostra que diferentes estratégias de construção de sentido são possíveis dentro de um mesmo modelo de tratamento semântico. Ao mesmo tempo, temas baseados na diluição de hierarquias de poder parecem ocupar papel central na cobertura jornalística dos anos 2010, tanto quantitativa quanto qualitativamente, sendo mais eficientemente integrados ao enquadramento [mulher-mercado] e à perspectiva neoliberal nele implicada.

No caso das marcas de intertextualidade externa, os arranjos entre os discursos acionados nas matérias publicadas ao longo dos anos 2010 seguem os princípios de um tratamento semântico pautado pela /diferença/. Isso fica evidente quando consideramos a maior diversidade de campos discursivos aos quais recorrem os enunciados jornalísticos no período, os quais são justapostos lado a lado, como em alusão à pluralidade de perspectivas a partir das quais se conformam representações da mulher.

Nesse período, tornam-se recorrentes diálogos com discursos oriundos de campos diversos, incluídos aí discursos corporativo-empresariais, o discurso acadêmico, o discurso jurídico e o discurso técnico-científico dos grandes institutos de pesquisa. Voltam a surgir também mais referências a discursos ativistas e mesmo ao discurso político institucional. Não obstante, a maior recorrência de diálogos com discursos político-ativistas, longe de representar o principal local de ancoragem das matérias, opera no sentido de multiplicar os lugares de /diferença/ representados: em arranjos semânticos nos quais todas as vozes são válidas, discursos relativizam-se uns aos outros na justaposição de campos discursivos vários.

É o caso da reportagem *O desafio de quem quer definir seu próprio destino* (Figura 5), por exemplo, publicada pelo *Estado* em 8 de março de 2018. No texto, uma declaração de Marlise Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher da UFMG, aparece no último parágrafo como forma de comentário às histórias de vida de cinco jovens mulheres em torno das quais se articula a matéria como um todo. Nesse sentido, a perspectiva da crítica acadêmica feminista é subordinada aos sentidos extraídos dos relatos de trajetórias pessoais: “Elas querem ter o poder de definir seu próprio projeto de vida” – frase que inspira o título da reportagem.

Por fim, cabe lembrar, como aponta Maingueneau (2008), que as restrições semânticas de um discurso não se manifestam apenas em aspectos verbais, refletindo-se também em elementos imagéticos/visuais. Assim, como procuramos apontar, na década de 2010, as características de um discurso de empoderamento individual no jornalismo compõem na organização gráfica das páginas, que conferem destaque à representação visual de traços individualizadores de personagens mulheres das matérias, com imagens de seus rostos e falas em destaque. Trata-se de um dado relevante na medida em que reforça a visibilização da subjetividade e sentidos de pluralidade como elementos marcantes dos enunciados jornalísticos no período.

Figura 5 – Reportagem publicada por *O Estado de S. Paulo* em 8 de março de 2018



Fonte: Captura de tela/Acervo Estadão (online)

Considerações finais

Ao longo do trabalho, buscamos construir uma periodização organizada em três momentos representativos de arranjos discursivos determinantes à formação de enunciados do jornalismo de referência brasileiro, distribuídos ao longo das quatro últimas décadas, sobre temáticas relacionadas ao universo feminino/feminista.

No terceiro momento, situado nos anos 2010, localizamos a conformação de um discurso feminista-midiático-jornalístico, que, articulado segundo um princípio de *diferença* como núcleo semântico fundamental, caracteriza-se pela valorização da diversidade em um ambiente neoliberal e pela visibilização de narrativas de “empoderamento individual”. Dessa forma, pudemos caracterizar, sob uma perspectiva discursiva, aspectos transversais às políticas de representação que emergem como parte dos feminismos midiáticos contemporâneos (BANET-WEISER, 2015; GILL, 2007; PRUDENCIO, 2020).

Os diferentes arranjos discursivos identificados correspondem a momentos distintos na concretização de trocas entre o campo discursivo jornalístico e discursos que emergem como parte do “novo imaginário político” contemporâneo (FRASER, 2006). O percurso examinado sinaliza a passagem de um momento de acomodação de discursos feministas a esquemas enunciativos próprios dos jornais (anos 1990 e 2000) a um contexto marcado pela crescente visibilidade conferida a sentidos de feminismo na cultura midiática (anos 2010). Ao mesmo tempo, a cobertura da última década evidencia um esvaziamento das possibilidades coletivas de articulação nas representações da imprensa e uma paulatina colonização dos sentidos de política por discursos mercadológicos.

Como ápice desse movimento discursivo, a década de 2010 revela indícios da conformação, no campo jornalístico, de um posicionamento enunciativo regido por um princípio de /diferença/. Esse núcleo semântico se manifesta em diferentes planos discursivos, como procuramos evidenciar a partir do exame de dois deles: os enquadramentos temáticos e as marcas de intertextualidade. É importante destacar que essa formação discursiva emerge do encontro e mediação entre diferentes modelos de restrição semânticos, com destaque para a coerção exercida por discursos provenientes do campo econômico, em especial aqueles ideologicamente alinhados a uma perspectiva neoliberal, bem como discursos ligados a um

ethos corporativo/empresarial.

Esse poder de coerção se reflete em aspectos estruturantes dos enunciados jornalísticos, como a valorização da ação individual, a minimização do papel do Estado e a diminuição da visibilidade conferida à interface com o poder público como espaço privilegiado de luta e ação política. Tais sentidos são reforçados por restrições semânticas próprias de discursos identitários que encampam propostas afirmativas, isto é, alinhadas ao que Fraser (2006) denomina como um “multiculturalismo mainstream”.

Por fim, é preciso observar que as dinâmicas de tensionamento e negociação discursiva, bem como a conformação de posições enunciativas emergentes, constituem evidentemente processos complexos, que requerem questionamentos e problematizações.

Isso porque, por um lado, o discurso feminista-midiático-jornalístico que identificamos pode ser tensionado a partir da própria crítica feminista, presente em autoras como Federici (2019), a respeito da limitação do potencial radical do feminismo no capitalismo. De fato, a cobertura do jornalismo de referência revela uma política de representação do feminismo que o enquadra segundo os sentidos de um “feminismo civilizatório”, descrito por Vergès (2020) como responsável por propor uma política dos direitos das mulheres subordinada a interesses imperialistas e neoliberais.

Por outro lado, o momento de concessão de maior visibilidade a questões femininas/feministas nos enunciados de jornais de referência parece configurar-se justamente devido ao trânsito privilegiado de discursos alinhados a valores do neoliberalismo no campo jornalístico. Nesse sentido, não se pode desconsiderar a expressividade da ampliação dos espaços ocupados por sentidos de feminismo nas páginas da imprensa de referência.

Como é próprio do caráter instável e negociado dos processos de mediação entre modelos de restrição semântica, há a abertura de brechas que permitem entrever – ainda que sob camadas de grossa neblina – vozes e faces outrora invisibilizadas na parcela do jornalismo reconhecida como de referência.

Referências

BANET-WEISER, Sarah. Keynote Address: Media, Markets, Gender: Economies of Visibility in a Neoliberal Moment. **The Communication Review**, v. 18, n. 1, p. 53-70, 2015.

BARBOSA, Mariana. “Mulher empreendedora inova e retém mais talentos”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2011, p. B3.

BLAY, Eva Alterman. “Mulheres ao trabalho!”. **Folha de S. Paulo**, Folhetim, 08/03/1981, p. 3.

ESSENFELDER, Renato. “Sociedade demora a incorporar conquistas”. **Folha de S. Paulo**, Especial, 08/03/2005, p. 3.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FLECK, Isabel. “As lobas de Wall Street”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2014, p. B6.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 28 Dez. 2020.

GILL, Rosalind. **Gender and the media**. Cambridge: Polity, 2007.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. “Introdução”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

LUCENA, Eleonora de. “Quero ‘empoderar’ mulheres de baixa renda”. **Folha de S. Paulo**, 08/03/2011, p. C9.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2008.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PALHARES, Isabela; DIÓGENES, Juliana. “O desafio de quem quer definir seu próprio destino”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/2018, p. A17.

_____. “Como vivem as brasileiras pelo mundo”. **O Estado de S. Paulo**, 08/03/2007, p. A14.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PRUDENCIO, Natália Engler. Empoderamento e biopolítica nos feminismos midiáticos de *Mulher-Maravilha e Capitã Marvel*. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 2, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/3957>. Acesso em: 02 Jan. 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu editora, 2020.

ZAMIN, Angela. “Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão”. **Revista Famecos**, v. 2, n. 3, Porto Alegre, p. 918-942, set./dez.2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551017008.pdf>. Acesso em: 28 Dez. 2020.